

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) EM ALAGOAS: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO POPULAR (1961-1965)

Francisco Tenório da Silva¹

Resumo

Este estudo traz por título: *O Movimento de Educação de Base (MEB) em Alagoas: história e educação popular (1961-1965)*. O objetivo desta pesquisa é investigar as concepções de educação popular no Movimento de Educação de Base (MEB) em Alagoas. O arcabouço metodológico para a realização da pesquisa foi a análise dos documentos a cartilha "Viver é Lutar" e os *Relatórios do MEB (1960-1965)*. O estudo se baseia numa abordagem histórica crítica-interpretativa do processo histórico, pois para compreender o passado, é fundamental entender que os fatos não são lineares, mas marcado por movimento de rupturas e permanências, e que o sujeito ao olhar para passado não o conhece totalmente como realmente foi. Bloch (2001). O resultado da pesquisa apontaram que o MEB em Alagoas apresentou posições ideológicas opostas na parte interna da Igreja entre os bispos e membros do MEB e na relação entre o estado e a instituição católica.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base. Educação Popular. Cartilha

1. Considerações Iniciais

Este estudo pretende analisar a concepção de educação popular no Movimento de Educação de Base (MEB) em Alagoas entre os anos 1961 a 1965. O MEB surge através de um Decreto n.º 50.370, de 21 de março de 1961, por convênio entre a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e o Governo Federal. O objetivo do Movimento era alfabetizar por meio do programa de educação de base os adultos da zona rural das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país.

Fávero (2006) explica que a Igreja Católica utilizou-se do prestígio D. José Vicente Távora, arcebispo de Aracaju com o Governo Federal para a aprovação da legislação que criaria o MEB. Assim, o decreto do presidente Jânio Quadros possibilitou o convênio com o Ministério da Educação (MEC) e outros ministérios para disponibilizar funcionários públicos, recursos financeiros para a estruturação e o funcionamento das escolas radiofônicas, o treinamento de pessoal e na elaboração do programa radiofônicos.

A trajetória do MEB dividiu-se em três fases. De acordo com Fávero (2006), na primeira, entre os anos 1961 e 1966, marcada pela origem do MEB e pela formação social e política das classes trabalhadoras; há o início das aulas de alfabetização mediante o sistema

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. silvatenorio@hotmail.com

radiofônico pelas emissoras católicas. Nessa primeira fase, os estados alcançados pelo MEB foram Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Rondônia e Alagoas. Após o golpe civil-militar em 1964, o Movimento passa a ser considerado subversivo pelos militares. Diante disso, para se manter em atividade, foi necessário redefinir suas posições político-ideológicas e subordinar-se à ala da Igreja Conservadora e ao governo militar que propunha uma reformulação do movimento, especialmente, a retirada da cartilha *Viver é Lutar* considerada subversiva pelos militares.

Na segunda fase, entre os anos de 1967 a 1971, o MEB caracteriza-se pela resistência do Movimento nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraná e Amazonas. Foi o período marcado pela redefinição de sua estrutura organizacional, a regionalização dos sistemas Norte e Nordeste, a elaboração de um novo material didático por estado e o novo financiamento público com o MEC, porém seus fundamentos continuavam com a base cristã. Na terceira fase, período 1972-1982, o Movimento torna-se um programa educacional de ensino supletivo, subordinado ao MEC e ao grupo conservador da Igreja Católica.

A estrutura do MEB estava fundamentada da seguinte forma: em plano nacional, existia um Conselho Diretor Nacional, que era composto por nove bispos e arcebispos e dois leigos, sendo um representante do presidente da República; nos estados, havia um Conselho Diretor Estadual, dirigido pelos bispos das áreas onde funcionava o MEB, e no sistema local, as orientações cabiam ao bispo diocesano e aos leigos ligados à Comissão Executiva Nacional que orientava e coordenava as atividades das equipes estaduais e das quais dependiam as equipes locais. (WANDERLEY, 1984)

Os métodos pedagógicos do Movimento no cenário nacional e local resultaram em práticas educativas materializados nas escolas radiofônicas, o primeiro instrumento básico de ação; posteriormente, a cartilha de alfabetização *Viver é lutar* (MEB, 1963) foi criada em 1962, após o I Encontro Nacional de Coordenadores no Rio de Janeiro, quando o movimento redefiniu suas posições ideológicas para uma educação popular. (FÁVERO, 2006, p. 207).

A história é a “ciência dos homens no tempo”, ou seja, a história é feita pelos homens no tempo e no espaço marcado por conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais. Assim sendo: “A história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado. Ela é a ciência das sociedades humanas.” (BLOCH, 2002, p. 54), Logo, analisar o MEB no processo histórico é reconstituir um fragmento do passado na história da educação brasileira e alagoana.

1. O MEB no cenário alagoano

O processo de urbanização e industrialização no Brasil, iniciada na década de 1930, foi influenciada pelas transformações do modo de produção capitalista em termos globais, que alteraram as relações sociais do povo brasileiro nesse período. “[...] o deslocamento do eixo da vida societária do campo para a cidade e da agricultura para a indústria, ocorrendo, inclusive, um progressivo processo de urbanização do campo e industrialização da agricultura.” (SAVIANI, 2008, p. 191).

No cenário alagoano, entre as décadas de 1950 e 1960, Verçosa (2015) explica que o estado de Alagoas era marcado por uma economia agrária, voltada à produção da cana-de-açúcar, do algodão e do comércio de exportação desses produtos que eram a base econômica do estado. O processo de urbanização ocorria de forma lenta em comparação com os outros estados do país. No campo educacional, em Alagoas uma pequena parte da população tinha acesso à educação, enquanto as classes dos trabalhadores eram analfabetas e apenas uma parcela das pessoas aprendiam a ler e escrever.

Embora o estado de Alagoas tenha alcançado o nível de desenvolvimento econômico elite agrária, especialmente, no processo de mecanização do campo, na década de 1960, não apresentou transformações sociais significativas para a classe trabalhadora. A crescente pequena classe burguesa que surgia na zona urbana eram os descendentes das oligarquias agrícolas que dominavam o estado há muitos anos. Em Alagoas:

as permanências tem sido sempre muito significativa e marcantes do que as rupturas, e é sobre isso pano de fundo que devemos avaliar a questão da modernidade e os processos de modernização que ali têm lugar, dentre os quais tomam especial relevo as políticas de campo da Educação. (VERÇOSA, 2015, p. 160)

Neste sentido, concordamos com o autor de que o estado de Alagoas fora marcado pelo controle das elites agrárias que utilizam o poder político e econômico para permanecerem sobre o poder do Estado. Carvalho (2015) caracteriza que, na década de 1950, no setor econômico, o estado de Alagoas mantinha a produção da cana-de-açúcar, do algodão e das indústrias geradas por essa cultura, ou seja, a predominância da monocultura provocou em Alagoas um “atraso” econômico em relação aos outros estados brasileiros.

Verçosa (2015) comenta que o setor educacional ainda permanecia restrito e elitizado, mas que desde a década de 1940 já apresentava ampliação de oferta significativa para o

ensino primário, ou seja, as condições econômicas desencadeou o interesse do estado alagoano em alfabetizar os adultos para atender as demandas do mercado capitalista.

Em Alagoas, as escolas ampliavam às ofertas dos níveis fundamentais e médios. Segundo Verçosa (2015 p. 151): “A rede de escolas secundárias públicas, antes ainda restrita, seria expandida significativamente através da construção de novos colégios na capital e em cidades importantes do interior, como Palmeira dos Índios e São Miguel dos Campos.”

Dessa forma, o aumento das ofertas de vagas para os alunos cursarem os níveis primários e secundários representaria o pequeno avanço no acesso ao sistema educacional para os filhos da classe trabalhadora. Ademais, o governo criaria a primeira Secretaria de Educação com o objetivo de planejar, fiscalizar, organizar o funcionamento da educação no estado; também descentralizar a política educacional nas diversas regiões do estado de Alagoas.

Nesses termos, o MEB em Alagoas aparece articulado com a Igreja Católica. Medeiros (2007) explica que a Arquidiocese de Maceió, seguiu os passos dados pela Igreja do Brasil e, sobretudo, pelo episcopado nordestino, delineados em seus diversos encontros à atuação no meio rural. As transformações socioeconômicas no estado de Alagoas resultaram em ações sociais da Igreja no campo da educação. O autor esclarece (2007):

Na década de 1950 o estado de Alagoas passava por mudanças significativas, tanto na vida política quanto em sua economia, mudanças que agravaram sobremaneira a já grave problemática social no campo. Na Arquidiocese de Maceió esses anos corresponderam ao período de dinamização das atividades de ação social da Igreja Local, de seu direcionamento para o ruralismo e de montagem de uma infra-estrutura básica que teria suporte a esta ação social. Este processo foi conduzido por Dom Adelmo Machado, antigo clérigo da Igreja local, cuja presença na Arquidiocese, implantada em 1940 por Dom Ranulpho da Silva Farias, e a ação social desta arquidiocese. (MEDEIROS, 2007, p. 28).

Dessa forma, a Igreja Católica propagava na zona rural o seu poder de influência sobre as comunidades que permaneciam no campo. A Igreja estabelecia o sistema de escolas radiofônicas que serviram de base para evangelização e também para a alfabetização dos adultos. Silva (2002) explica que, na década de 1960, foi inaugurada a Rádio Educadora Palmares, em Maceió, que foi utilizada pelos membros do MEB na divulgação do processo de alfabetização dos jovens e adultos do campo.

Assim, as equipes formadas desenvolveram as atribuições definidas pelo MEB Nacional de acordo com a hierarquia estabelecida no regimento do MEB. Aos supervisores era atribuído, entre outras funções, o papel de selecionar e capacitar monitores para o projeto

nas comunidades. Já para a escolha dos monitores, os critérios eram os seguintes: deveriam saber ler e escrever, ter disponibilidade no horário de transmissão das aulas e para participar dos treinamentos, ser cristão e de preferência evangelizador, ser líder ou ter um bom relacionamento na comunidade (SILVA, 2002).

As condições de implantação das escolas radiofônicas estavam diretamente vinculadas à inauguração da rádio, acontecimento esse que só veio a se realizar no dia 18 de agosto de 1962. Silva (2002) explica que, somente no dia 14 de novembro de 1962, houve a primeira aula do MEB em Maceió, que entrou no ar das 20 às 21 horas, atingindo boa parte das paróquias da diocese, principalmente nos municípios da zona norte do estado. Naquela quarta-feira, foram ministradas aulas de português, matemática e educação sanitária, ou seja, higiene.

Santos (2014) informa que o governo realizou o corte de verbas – aliás já presente desde 1964 – que acaba gerando a definitiva crise financeira do Movimento. Pela censura, vai estabelecer uma política de controle e vigilância para todos os indivíduos ou instituições que representassem ameaça ao regime militar. Além disso, as cartilhas de alfabetização do MEB foram recolhidas e consideradas subversivas pelo governo. Assim, em 1966, o MEB finaliza seus trabalhos no estado de Alagoas.

2 - MEB e a Educação Popular

A educação popular surge como uma prática educacional e como teoria pedagógica que está presente em todos os continentes, manifestada em concepções e práticas muito diferentes e até antagônicas. A educação popular, "como concepção geral da educação, passou por diversos momentos epistemológico-educacionais e organizativos," nas décadas de 1950 e 1960 se constitui com uma educação conscientizadora e emancipadora e buscava a defesa de uma escola pública e comunitária e nas décadas de 1970 e 1980 visava a defesa de uma escola cidadã e atualmente aparece como teoria movida por diversas interpretações. (GADOTTI, 2003, p. 111)

Na primeira metade da década de 1960, movimentos populares desenvolveram trabalhos de conscientização e politização dos indivíduos por meio da educação popular. Freire (2005 p. 19) entendia a “educação popular como o esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica”.

Dessa forma, o conceito de “educação popular” apresenta-se aos movimentos populares, a exemplo do Movimento de Cultura Popular (MCP), criado por Paulo Freire em 1960, na cidade de Recife, que visava à conscientização das massas pela alfabetização por

meio da cultura do povo; o Centro Popular de Cultura (CPC), criado pela União Nacional dos Estudantes, que se utilizaram das artes como o teatro, o cinema, as artes plásticas, a música e a fotografia, e visavam relacionar a cultura popular com a ação política dos sujeitos. O MEB atuou, inicialmente na zona rural do país promovendo a educação de base e a sindicalização rural. Apesar das particularidades do MEB, do CPC e do MCP, eles tinham um objetivo em comum: a transformação das estruturas sociais, a valorização da cultura do povo, influenciada pela ideologia nacional desenvolvimentista da época.²

O objetivo desses movimentos era proporcionar às classes trabalhadoras uma consciência política da sua realidade social, a luta política por seus direitos, e não especificamente aprender a ler e escrever, mas resgatar e valorizar os saberes populares produzidos pelos adultos, visando à ampla valorização da cultura popular mediante a educação,

Fávero (2006) explica que o MEB e os demais movimentos se opuseram às campanhas de alfabetização que vinham-se realizando desde a década de 1940 e também as escolas que não conseguiram atender aos interesses das classes populares. A partir de 1961, no primeiro ano de atuação do MEB, as atividades foram destinadas à organização do sistema de rádio educação. Como afirma Paiva (2015), a primeira área de abrangência do MEB foi o Nordeste brasileiro; em 1961, foram inauguradas 2.687 escolas radiofônicas nos seguintes estados: Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe, Bahia e Goiás. Nesse primeiro ano foram alcançados 38.734 alunos.

Em 1962, após o I Encontro Nacional de Coordenadores, realizado na cidade do Rio de Janeiro, o MEB, que antes tinha uma proposta apenas de alfabetização dos adultos, reformula as suas posições ideológicas para uma educação popular influenciados pela teoria de Paulo Freire. Paiva (2015) discute que, além de priorizar a educação no processo de libertação da classe trabalhadora, outras temáticas foram debatidas como a sindicalização rural, a reforma agrária e a educação política para os trabalhadores.

A educação na visão do MEB era que os indivíduos pudessem utilizar a criatividade colocando o sujeito como consciente de si, e pudessem ser sujeitos culturais. Essa educação deveria conduzir o indivíduo para uma ação individual e coletiva e também para uma interferência da sua realidade. A educação do MEB visava "à conscientização, a mudança de atitudes e a instrumentação das comunidades; a educação de base precisava

² Na década de 1950 e 1960, "o nacionalismo desenvolvimentista assumiu conotações de uma ideologia de esquerda. [...] A visão ideológica caracterizava-se predominantemente como progressista, industrialista, modernizadora" (SAVIANI, 2008, p. 313).

transcender a mera escola radiofônica”. PAIVA (1973, p. 270), Assim, ocorreram transformações na metodologia dos trabalhos do MEB, se caracterizam nos materiais didáticos e na animação popular.

Fávero (2006) comenta que o material didático, a cartilha *Viver é lutar* foi elaborada após diversas reuniões entre coordenadores e professoras para os estudantes do MEB. *A priori*, foi organizada uma cartilha para a região Nordeste, já que era o lugar que dispunha do maior número de escolas radiofônicas e de estudantes.

As cartilhas tinham como objetivo propor a alfabetização, a conscientização e preparação do sujeito para a sua realidade. Fávero (2006) explica que a Cartilha *Viver é lutar* resumia a posição ideológica do Movimento. A cartilha continha 31 lições, cada lição tinha uma foto de “um trabalhador rural, a maioria homens, mulheres, crianças em situações de trabalho, várias vezes, duas pessoas conversando, numa evidente valorização de comunicação oral”, explica Fávero (2006, p. 180)

Os textos da cartilha apresentam características da essência do formação do sujeito, do ambiente em que vive e de suas relações sociais com outros indivíduos e consigo mesmo. Então, o conjunto de frases escrita na primeira lição propõe uma conscientização de luta para sobreviver, além de trazer uma dimensão de conflitos que os indivíduos enfrentavam no campo de trabalho. Gonzalez (2011 p. 79) argumenta que a primeira lição trata da “vida do personagem Pedro e inserem questões gerais (fome e injustiça) o trabalho das mulheres na roça, o voto do povo, o folclore, cooperação)”. Então, quando Pedro se conscientiza, passa a se organizar e em seguida a lutar.

A cartilha "*Viver é lutar*" permite observar a dimensão social que o MEB já apresentava para uma educação libertadora. De acordo Fávero (2006, p. 199): “Era como se ensinasse a aprender; aprendesse para agir, agindo; e novamente aprendesse, refletindo sobre a ação realizada. Prática era também ela, uma mediação.”

3 - Considerações Finais

O MEB se tornou o movimento de educação popular movido pelas contradições internas existente dentro da Igreja Católica. Embora, vinculada a instituição católica, o MEB por meio de uma ala progressista de católicos atuavam às suas ações para os excluídos da sociedade. Essa posição revelava as mudanças ocorridas dentro da instituição cristã especialmente, pelas influência da doutrina social da Igreja.

Essas contradições se mostraram em Alagoas quando o MEB atuou na busca por uma educação conscientizadora, por outro lado, os embates contra as ideias "comunistas" eram propagados pela Igreja para que não chegassem aos camponeses de Alagoas, especialmente, pela Liga Camponesa que atuavam no interior de Pernambuco. Além disso, o MEB lutava contra os latifundiários que não aceitavam a alfabetização dos adultos em suas áreas.

Portanto, a cartilha "*Viver é lutar*" do MEB, embora fosse censurada pelo regime militar, buscou em resgatar a luta do camponês, de provocar uma consciência política às condições sociais da classe trabalhadora, com a finalidade de proporcionar uma qualidade de vida para os trabalhadores. Também observamos que a Igreja, apesar das mudanças em suas formulações ideológicas, tinha a intenção de permanecer influente sobre a sociedade brasileira e alagoana.

4. Referências

BLOCH, March. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: J. Zahah, 2002.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966)**. Campinas: Autores Associados, 2006.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA Adriano. **Que fazer: teoria e prática em educação popular**. Petrópolis: Vozes, 2005.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. Editora Ática: São Paulo, 2003.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de. **O homo inimicus: Igreja Católica, ação social e imaginária anticomunista em Alagoas**. Maceió: Edufal, 2007.

MEB. **Viver é lutar: cartilha**. 2.º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro: Fundo MEB, 1963. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PAIVA, Vanilda. **História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1972.

SANTOS, Leide Rodrigues dos. Mobral: a representação ideológica do regime militar nas entrelinhas da alfabetização de adultos. **Revista Crítica Histórica**, ano 5, n. 10, p. 304-317, dez. 2014. Disponível em: <<http://www.revista.ufal.br/criticahistorica>>. Acesso em: 10 out. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SILVA, Idabel Nascimento. **Alfabetização de jovens e adultos e organização popular**: uma experiência em Maceió. Maceió: Catavento, 2002.

VERÇOSA, Élcio de Gusmão. **Cultura e educação nas Alagoas**: história, histórias. Maceió: Edufal, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. **Educar para transformar**: educação popular, Igreja Católica e política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.